

Governo lançará novo tipo de empréstimo

*Limite do socorro
deverá ser equivalente a
três cotas do Fundo
de Participação*

LU AIKO

BRASÍLIA — O governo vai lançar uma nova linha de crédito para aliviar a péssima situação financeira dos Estados, usando parte dos recursos existentes na conta de depósitos compulsórios recolhidos pelas instituições financeiras ao Banco Central. Ontem, técnicos do Ministério da Fazenda davam os últimos retoques na proposta.

Ela ainda será submetida ao presidente Fernando Henrique Cardoso antes de ser apresentada aos governadores e ao senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator do projeto de resolução que muda o tratamento das dívidas estaduais. Com o novo tipo de empréstimo, São Paulo poderá obter cerca de R\$ 30 milhões do governo federal, no máximo.

O grande drama do Estado, no entanto, continuará intocado. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, já disse que não apresentará agora uma solução para a dívida mobiliária (em títulos). "Isso ficou para uma segunda etapa", informou um técnico.

Os Estados mais pobres serão os mais beneficiados pelos novos empréstimos. A idéia dos técnicos é que o governo conceda emprésti-



Malan: dívidas em títulos ficam para depois

SÃO PAULO
PODERÁ OBTER
R\$ 30 MILHÕES
NO MÁXIMO

mos em cotas de valor equivalente às do Fundo de Participação dos Estados (FPE). São Paulo recebe a menor cota do País, em torno de R\$ 10 milhões por mês.

O FPE — que repassa aos Estados parte da arrecadação de impostos da União — é calculado com base na renda e na população dos Estados, de maneira que as unidades mais pobres da Federação recebem mais recursos. Os R\$ 30 milhões que poderão ser emprestados a São Paulo não cobrem 3% da folha de pagamento

do funcionalismo de um mês.

Cada Estado poderá tomar emprestada entre uma e três cotas. Quanto maior o número de cotas emprestadas, maiores serão as exigências feitas pelo Ministério da Fazenda para que o Estado corte despesas.

Os técnicos estão trabalhando num cronograma de metas a serem cumpridas por Estados que tomarem duas cotas emprestadas e num

outro conjunto, mais rígido, para os que quiserem três cotas. Para os que tomarem apenas uma cota, não haverá metas.

Em qualquer caso, a Fazenda exigirá, como garantia para conceder os empréstimos, a arrecadação tributária dos Estados ou os próprios repasses do Fundo de Participação. O novo tipo de empréstimo é a segunda ajuda que o governo federal dá aos Estados endividados neste ano. A primeira foram os empréstimos da Caixa Econômica Federal (CEF) para Paraíba, Mato Grosso, Maranhão e Piauí pagarem suas contas. A nova linha de crédito, no entanto, terá prazos de pagamento mais longos do que os empréstimos da CEF.